

A impressão dominante entre os constituintes é a de que o presidente Sarney, com sua fala e o novo compromisso, pôs uma pá de cal nos partidos.

Na ditadura, bastava um ato institucional ou um projeto de lei imposto ao Congresso para extingui-los ou obrigar a reformulação partidária. A democracia da Nova República amenizou os instrumentos e foi bastante o trabalho inicial de valorização dos grupos através da assistência direta do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, e uma ação prática visando a decomposição das legendas.

Os sarneyzistas afirmam que o presidente tem razão, pois foi o mais frustrado de todos com a esperança que alimentou de obter o apoio incondicional da maioria que vem proclamando, diariamente, sua solidariedade política e administrativa.

Um parlamentar, no Congresso, observava que "a fala de Sarney não conseguiu agradar ninguém, mas, em compensação, o aumento dos combustíveis desagradou a todos".

E, ao mesmo tempo, justificava a frustração do presidente.

As ameaças do líder do governo eram até grosseiras: os que não assinarem o documento de compromisso estão jogados, automaticamente, na oposição.

As lideranças partidárias e parlamentares de sustentação do governo se retraíram

ostensivamente, ao contrário do que esperava o presidente.

O que funcionou mesmo na solidariedade foram os amigos, pefelistas, peemedebistas e outros espalhados nas várias legendas, mas, especialmente, os do chamado Centro Democrático, presidido pelo deputado Expedito Machado, e alimentado pelo deputado Carlos Sant'Anna, que tem o controle da lista de cargos que na área federal passam de dez mil.

A direção do PMDB reúne-se na quarta-feira, mas os grupos que o compõem já se definiram, com a adesão que já vem sendo dada através de assinaturas e telegramas (os governadores foram os mais rápidos, porque já fizeram essas adesões ao vivo) ou a recusa já definida publicamente pelo senador Fernando Henrique e pelos líderes do chamado Movimento de Unidade Popular — MUP —, que reúne os progressistas.

Aliás, o presidente já estava avisado pelo deputado Ulysses Guimarães de que ponderável parcela do PMDB não subscreveria o documento se nele constassem o sistema presidencialista de governo e o mandato de cinco anos. E mais: se o presidente insistisse nessa inclusão, o documento poderia constituir-se em um tiro pela culatra, pois não seria possível obter para ele a maioria constituinte.

Colocando o problema do abandono em que ficou nas horas difíceis e usando a lin-



Sarney dissolve os partidos

Freitas Nobre

guagem do PFL sobre o aproveitamento político e eleitoral das horas de máximo prestígio popular, o presidente foi irônico quanto ao PMDB, embora não explicitasse a legenda que conquistou todos os executivos estaduais, com exceção de um, o de Sergipe.

A técnica de dividir os assuntos, evitando clareza de posição em um dos documentos para facilitar a coleta de assinaturas, não obteve resultado, porque o presidente fez algumas incursões improvisadas, e, à última hora, encaixou no documento o mandato e o sistema de governo.

O fato de não ter utilizado o vocábulo "presidencialista" não eliminou a exigência do sistema de governo, pois o apoio ao "mandato presidencial de cinco anos, com os poderes que foram conferidos ao presidente da

República à data da sua eleição" tinha não apenas o mesmo significado, mas tornava o compromisso ainda mais forte e irrecusável.

Vários constituintes parlamentaristas que havíamos contactado no decorrer da semana disseram que não teriam qualquer dificuldade em subscrever o compromisso que fixasse os cinco anos, desde que não constasse o sistema de governo presidencialista. Ou os assessores do presidente subestimaram a sensibilidade e a inteligência dos parlamentares ou o presidente acreditou nos levantamentos irreais que lhe foram apresentados.

O presidente foi iludido, provavelmente, até mesmo quanto aos resultados na Comissão de Sistematização. Ainda na semana passada concordou com a viagem de dezenas e dezenas de constituintes que seguem na próxima semana para a Tailândia e para os Estados Unidos, em missões, sem dúvida importantes, como a da Interparlamentar ou a Assembléia da ONU, em Nova York. Estas sessões estão se iniciando e vão até meados de dezembro. O presidente Sarney assinou decreto autorizando a viagem do primeiro grupo de constituintes integrado pelos deputados Brandão Monteiro, Gastone Righi, Milton Reis, Benedita da Silva e Henrique Cordom. Outros os sucederão como observadores junto à ONU.

Agora, os líderes e assessores procuram

amenizar as interpretações, lembrando que Tancredo Neves e Thales Ramalho, vice-presidente e secretário geral do MDB, disputando qual deles seria o último a apagar as luzes do seu partido, saíam, dias após as declarações, para fundar o Partido Popular. Ora, se isso ocorresse com dois tão prestigiosos líderes partidários, por que confiar cegamente nos compromissos de hoje? E o próprio presidente Sarney, na chefia da Arena e do PDS, não se retirou no auge da campanha do Colégio Eleitoral?

Se o PMDB se reúne na próxima quarta-feira para examinar o documento e o PFL somente tomará sua decisão no dia 8 de novembro, quando o sistema de governo e o mandato estiverem definidos pela Comissão de Sistematização, como fará o presidente Sarney, se não coletando as assinaturas uma a uma, como vem fazendo o seu líder na Constituinte?

Na verdade, todos se frustraram.

Mas, mais frustrado deve estar o presidente.

Por isso, as mudanças ministeriais e as modificações nos demais escalões não poderiam esperar a definição tardia dos "partidos que o apóiam".

Para o presidente não restava alternativa, mesmo colocando, como o faz, uma pá de cal nos partidos.